

é no sentido da prorrogação dos dias de baixa médica atribuídos pelas juntas de comando ou de atribuição de serviços moderados;

Considerando que subjacente a muitas destas situações de baixa médica estão problemas de gestão de recursos humanos que os comandantes estão em melhores condições de encontrar soluções que contribuam para a motivação deste pessoal através da mudança ou transferência de serviço:

Nestes termos e no uso da competência que me é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 56.º da Portaria n.º 17 788, de 4 de Julho de 1960, determino o seguinte:

1 — Delegar nas juntas médicas dos comandos de polícia a competência prevista nas alíneas b) e d) do artigo 56.º da Portaria n.º 17 788, de 4 de Julho de 1960.

2 — Nas situações previstas nas alíneas referidas no número anterior do presente despacho, as juntas médicas são presididas pelos comandantes, não podendo essa competência ser delegada.

3 — Transitam da Junta Superior de Saúde para as juntas médicas dos comandos de polícia, até decisão em contrário, os processos dos elementos policiais remetidos no corrente à Junta Superior de Saúde e que ainda aguardam a 1.ª convocação para submissão à mesma Junta.

4 — As deliberações das juntas de comando tomadas no uso da competência delegada pelo presente despacho são remetidas ao meu gabinete para efeitos de homologação, nos termos do artigo 66.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Janeiro.

17 de Outubro de 2006. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

Inspecção-Geral da Administração Interna

Despacho (extracto) n.º 23 134/2006

Por despacho do inspector-geral da Administração Interna de 31 de Outubro de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, assessora da carreira técnica superior (área de estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, comunicação e relações públicas) do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração Interna Maria João Lopes de Almeida Militão, nos termos dos n.ºs 3 do artigo 4.º e 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 2006. — O Subinspector-Geral, *José Vicente Gomes de Almeida*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 23 135/2006

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delegeo e subdelegeo na directora central de Fronteiras, inspectora superior licenciada Ana Cristina Ascensão Jorge, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal das unidades orgânicas sob a sua jurisdição;

2) Proferir decisão sobre a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços e autorizar os inerentes encargos até ao limite de € 500;

3) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias do pessoal das unidades orgânicas sob a sua jurisdição;

4) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 9 de Maio de 2006 pela directora central de Fronteiras, inspectora superior licenciada Ana Cristina Ascensão Jorge, que se enquadrem nos poderes antes conferidos.

23 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho (extracto) n.º 23 136/2006

Por despacho de 6 de Outubro de 2006 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi a Jorge António Alves, inspector do nível I da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço no cargo de chefe do Núcleo de Instrução do Gabinete

de Asilo e Refugiados do mesmo serviço, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 137/2006

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da adida de embaixada Carolina Maria Barata Cordeiro do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o exercício de funções de assessora no meu Gabinete no âmbito das respectivas formação e especialização.

2 — A nomeada auferirá, a título de remuneração mensal, a remuneração que lhe é devida em razão do cargo de origem acrescida da diferença, a suportar pelo meu Gabinete, para a remuneração estabelecida para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo o montante abonado a título de despesas de representação e subsídio de alimentação, e com direito à percepção dos respectivos subsídios de férias e de Natal.

3 — O destacamento em apreço é feito pelo prazo de um ano, automaticamente prorrogável, e manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo ser, no entanto, revogado a todo o tempo.

4 — A nomeada terá ainda direito quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro aos abonos das correspondentes despesas de transportes e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os adjuntos dos gabinetes ministeriais.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006.

6 — É revogado o meu despacho n.º 17 839/2006, de 16 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Setembro de 2006.

26 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 23 138/2006

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e no artigo 5.º e no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, e ainda em conformidade com o aviso n.º 6912/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2006, lista de nomeação dos candidatos aprovados no concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada aberto por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Novembro de 2005, determino que o conselheiro de embaixada André Sogas de Melo Bandeira permaneça colocado, nessa qualidade e com efeitos a 24 de Agosto de 2006, na Representação Permanente junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), continuando a ocupar a respectiva vaga.

31 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 23 139/2006

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e no artigo 5.º e no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, e ainda em conformidade com o aviso n.º 6912/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2006, lista de nomeação dos candidatos aprovados no concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada aberto por despacho do Ministro de estado e dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Novembro de 2005, determino que a conselheira de embaixada Teresa Paula Ferreira Kol de Alvarenga permaneça colocada, nessa qualidade e

com efeitos a 21 de Junho de 2006, na Representação Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais (NUOI), em Genebra, continuando a ocupar a respectiva vaga.

31 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 23 140/2006

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e no artigo 5.º e no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, e ainda em conformidade com o aviso n.º 6912/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2006, lista de nomeação dos candidatos aprovados no concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada aberto por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Novembro de 2005, determino que a conselheira de embaixada Ana Cristina de Albuquerque Moniz Melo permaneça colocada, nessa qualidade e com efeitos a 21 de Junho de 2006, na Representação Permanente junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, continuando a ocupar a respectiva vaga.

31 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 23 141/2006

Considerando que:

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 5 de Maio de 1995, foi aberto concurso interno condicionado para o preenchimento de uma vaga na categoria de chanceler do mapa de pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Paris;

O despacho homologatório do director do Departamento Geral de Administração de 14 de Dezembro de 1995 foi anulado com fundamento em vício de violação de lei, com aproveitamento das fases não invalidadas pela sentença anulatória;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 8 de Novembro de 2005, nos termos conjuntos das alíneas l) e o) do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49/94, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 451/85, de 28 de Outubro, e da circular n.º 6-DRH, de 31 de Janeiro de 1995, com a redacção introduzida pela circular n.º 21-DRH, de 20 de Junho, e em execução da sentença proferida em 21 de Outubro de 2004, nos autos de recurso contencioso de anulação que, sob o n.º 743/03, correram na 1.ª Secção do 1.º Juízo Liquidatário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, e em que foi recorrente José Manuel Godinho dos Santos, foi determinada a repetição do concurso;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 8 de Março de 2006, foi homologada a lista de classificação final do mesmo concurso, tendo ficado classificado em primeiro lugar José Manuel Godinho dos Santos;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 16 de Maio de 2006, foi homologado o resultado do concurso interno condicionado para o preenchimento de uma vaga na categoria de chanceler na Embaixada de Portugal em Paris:

Nomeio, nos termos da alínea f) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do despacho de delegação de competência do Ministro, para o cargo de chanceler da Embaixada de Portugal em Paris o assistente administrativo especialista José Manuel Godinho dos Santos, com efeitos a 1 de Abril de 1996.

24 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho n.º 23 142/2006

1 — Nos termos do artigo 21.º, n.os 8, 9 e 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz, técnico superior principal do quadro de pessoal do Ex-ICP, no cargo de chefe de divisão de Ajuda Humanitária, do IPAD, na sequência da conclusão do pro-

cedimento concursal publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 29 de Agosto.

O perfil de competências do mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz revela-se adequado ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, claramente, possuir as capacidades e aptidões técnicas exigidas para alcançar os objectivos da referida Divisão, em virtude de ser detentor de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no quadro da cooperação portuguesa, nomeadamente no âmbito do planeamento e execução de acções de ajuda humanitária, em articulação, naturalmente, com organismos nacionais e internacionais.

Saliente-se, ainda, a experiência do nomeado no exercício de funções dirigentes, nomeadamente no lugar a prover.

2 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

17 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Ruth Albuquerque*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional do mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz

Currículo académico

Licenciatura em Relações Internacionais na Universidade Lusíada de Lisboa.

Mestrado em Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Currículo profissional

Exercício de actividade profissional, desde 18 de Dezembro de 1995, no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Actualmente, pertence ao quadro permanente de pessoal do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento na categoria de técnico superior principal.

Nomeado, em regime de substituição, desde 31 de Março de 2006, chefe de divisão de Ajuda Humanitária do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em regime de substituição.

Outras actividades relevantes

Comentador de política africana da Radio France International, Paris, de Setembro de 2002 a Agosto de 2004 — Palestrante convidado do 1.º curso de formação em acção humanitária de preparação para saídas em missão da ONG internacional Médicos do Mundo, Lisboa, 19 de Junho de 2002 — Palestrante convidado no mestrado de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa, Maio de 2003; Maio de 2004 e Fevereiro de 2005 — Palestrante convidado na conferência «África. Etnicidade, Migrações e Conflitos» organizada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, 26 de Novembro de 2003 — Palestrante convidado em substituição do Prof. João Gomes Cravinho na licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. «A trajectória da cooperação portuguesa 1974 — 2005», 2 de Maio de 2005 — «Os exames Peer Review do CAD e as recomendações feitas a Portugal no exame de 2001», 3 de Maio de 2005 — Palestrante convidado na pós-graduação em Ajuda Humanitária e Cooperação em Situações de Crise, Universidade Moderna, Maio de 2006 — Palestrante convidado na pós-graduação em Educação para o Desenvolvimento, Universidade do Minho, Braga, Junho de 2006.

Artigos publicados

I — «Novos desafios do governo angolano na área humanitária», *Jornal Lusófono*, n.º 22, Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003.

II — «Prevenção e saúde em São Tomé e Príncipe pela mão do Instituto Marquês de Valle Flor», *Boletim Informativo da Embaixada de Portugal em São Tomé*, n.º 51, São Tomé, Abril de 2003.

III — «Identidades sociais e etnicidades: Pistas de reflexão sobre o Ruanda», *Política Internacional*, n.º 28, editada pelo IPRIS, Maio de 2005.

IV — «Presidential Elections in Guinea Bissau 2005 — A stabilizing factor in a fragile democracy or only a spot test of the state of affairs?», *Revista Afrika Spectrum do Institute fur Afrika-Kunde*, Hamburgo, Alemanha (língua inglesa).

V — «A especificidade do desenvolvimento enquanto mudança social», revista *África e Cooperação*, editada pelo IEEI.

VI — «Guiné-Bissau» do *Africa Yearbook 2005* editado pela Universidade de Leiden (língua inglesa), Setembro de 2006.